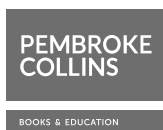


ORGANIZADOR:
FELIPE ASENSI

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA



PEMBROKE COLLINS
Rio de Janeiro, 2021

Copyright © 2021 Felipe Asensi (org.)

DIREÇÃO EDITORIAL Felipe Asensi

EDIÇÃO E EDITORAÇÃO Felipe Asensi

REVISÃO Coordenação Editorial Pembroke Collins

PROJETO GRÁFICO E CAPA Diniz Gomes

DIAGRAMAÇÃO Diniz Gomes

DIREITOS RESERVADOS A

PEMBROKE COLLINS

Rua Pedro Primeiro, 07/606

20060-050 / Rio de Janeiro, RJ

info@pembrokecollins.com

www.pembrokecollins.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito da Editora.

FINANCIAMENTO

Este livro foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus), pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca) e pela Pembroke Collins.

Todas as obras são submetidas ao processo de peer view em formato double blind pela Editora e, no caso de Coletânea, também pelos Organizadores.

P964

Produção de conhecimento em perspectiva / Felipe Asensi (organizador). – Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

530 p.

ISBN 978-65-87489-88-9

1. Conhecimento. 2. Multidisciplinaridade. 3. Pesquisa acadêmica.
I. Asensi, Felipe (org.).

CDD 370.7

Bibliotecária: Aneli Beloni CRB7 075/19.

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

*Marcelo Rodrigues da Silva*⁶⁶

1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual pode ser considerada a sociedade da informação. A partir da tecnologia digital, o acesso à informação tornou-se dinâmico e os sistemas em redes proporcionam diálogos entre cidadãos com velocidade e amplitude na difusão das informações (CARNIELLO, 2015).

Também a informação pública ganha relevância nesse contexto. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 (BRASIL, 2011) é um exemplo da demanda social pelo acesso à informação pública.

Desta forma, o fortalecimento do espírito de cidadania surgido de uma sociedade consciente dos seus direitos e deveres fez avançar os estudos e a atenção dada à comunicação governamental (CEZAR, 2018).

Neste cenário de mudanças, em que se demanda um novo papel de Estado, aliado a uma nova visão de administração pública, que se estabelece a governança pública (SILVA; VICENTIN, 2018, p. 177).

O presente estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, tem como objetivo identificar os artigos científicos publicados em bases

66 Mestre em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Administrador no Instituto Federal do Paraná.

internacionais que tratam da comunicação governamental no contexto da governança pública.

O artigo está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução: (i) o primeiro capítulo trata da fundamentação teórica, abordando o conceito de comunicação governamental e governança pública; (ii) o segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na revisão sistemática da literatura; (iii) o terceiro capítulo traz os resultados obtidos pela aplicação do método; e (iv) o quarto capítulo consiste nas considerações finais do artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados conceitos sobre comunicação governamental e governança pública.

2.1. Comunicação governamental

As discussões sobre comunicação pública no Brasil sofreram grande influência do autor francês Pierre Zémor para o qual a comunicação pública é um processo que compreende toda a sociedade civil organizada, não subordinado ao Estado ou governo, que tem sua centralidade no cidadão para torná-lo ativo e corresponsável, garantindo não apenas informação, mas também diálogo e estímulo à participação (ZÉMOR, 1995).

Para Brandão (2009, p. 6), comunicação pública é “a informação cívica e que inclui o *accountability*, a prestação de contas que demonstra transparência e confiabilidade na administração dos negócios públicos”.

Em relação ao conceito de comunicação Pública, Silva e Vicentin (2018, p. 184) entendem que é a “comunicação que tem por finalidade a cidadania e a democracia, em um cenário em que interagem Estado, governo e sociedade para tratar de temas de interesse público”.

A simples divulgação de informações de governo e assessoria de imprensa como mecanismo de autopromoção dos governantes e de suas ações, dentro dessa concepção, não pode limitar a comunicação pública. Para Novelli (2006), cabe à comunicação pública extrapolar essa esfera para ser instrumento facilitador do relacionamento entre Estado e cidadão.

Assim, diante da concepção aqui posta tem que o horizonte de atuação da comunicação pública é amplo e possui diversas dimensões das quais se destacam a comunicação governamental, a comunicação social, a comunicação política, entre outras (HASWANI, 2013).

A comunicação governamental, entendida também como comunicação da instituição pública, para Ferreira (2010), não defende interesses corporativos e empresariais; ao contrário, é uma comunicação organizacional imbuída de espírito público que compreende interlocução social, mediante um fluxo de informações de mão-dupla.

Cezar (2018) adota o conceito de comunicação governamental como a comunicação exercida entre e para com o Estado, as instâncias de governo e a sociedade.

Essa comunicação é um processo que deve inicialmente prover informação aos cidadãos e evoluir para a construção de um diálogo, a partir do conhecimento dos públicos de referência, promovendo mensagens focadas e possibilitando o envio de respostas por estes públicos (HASWANI, 2013).

A comunicação governamental tem a função de legitimar os processos comunicativos de responsabilidade do Estado e governos (BRANDÃO, 2009) e lança mão de diversos canais possíveis para mediar a comunicação estatal coletiva como impressos, rádio, televisão e internet.

Os instrumentos disponíveis à comunicação governamental são divididos por Duarte (2007) em dois grupos: (i) instrumentos de informação que visam aumentar o conhecimento sobre determinado tema e (ii) instrumentos de diálogo que se caracterizam por estabelecer instâncias de compreensão mútua.

Nesse sentido, Carniello (2015) entende que somente a mera disponibilização de recursos de tecnologia da informação é insuficiente para garantir amplo acesso à informação e, principalmente, participação cívica.

Para Cezar (2018), o foco da comunicação governamental é o repasse de informações à população, com o objetivo de gerar algum tipo de argumentação para o uso nos espaços de diálogo e participação.

2.2. Governança pública

A governança pública pode ser entendida como “um modelo de gestão pública que visa aumentar a capacidade do Estado de execução de po-

líticas públicas mediante a reformulação das relações entre Estado e os demais atores sociais e reformas na estrutura e na gestão dos governos” (SILVA; VICENTIN, 2018, p. 181).

A governança pública se desenvolveu a partir da governança corporativa e seus posteriores avanços se deram devido às condições insatisfatórias dos modelos adotados pelas administrações públicas até então.

A governança trata da teoria da agência, que, transpondo para o setor público, pode ser caracterizada mediante o entendimento do cidadão eleitor como principal que, pelo voto, nomeia o agente (governante) para gerir o serviço público, financiado por pagamentos de impostos do principal. O conflito de agência ocorreria quando os governantes atuam em benefício próprio, seja para se manter no poder ou mesmo para maximização de seus benefícios econômicos (VIANA, 2010). Nesse sentido, uma forte estrutura de governança pública objetiva reduzir os custos de transação oriundos da relação de agência entre cidadãos e agentes.

A governança pública, como um modelo de gestão pública, difere de outros modelos como o burocrático, no qual existe hierarquização em todos os níveis e a busca por um tipo ideal de organização e a Nova Administração Pública, cujo objetivo maior era a adaptação e a transferência dos conhecimentos gerenciais do setor privado para o público (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Para Novelli (2006), a governança refere-se aos pré-requisitos institucionais para otimização do desempenho administrativo, ou seja, refere-se a instrumentos técnicos de gestão que garantam eficiência e, ao mesmo tempo, democratização das políticas públicas.

Para que se possa garantir a sustentação da governança na sociedade, ela necessariamente deve estar alicerçada no conjunto de princípios e mecanismos que definem uma boa governança.

A definição dos princípios de governança pública consta no quadro 1.

Princípios	Definição
Transparência	O TCU (2014, p. 50) define transparência como a “possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil”.

Princípios	Definição
Prestação de contas	O princípio de prestação de contas – accountability é a obrigação de responder por uma responsabilidade atribuída. Trata-se de um processo pelo qual as entidades do setor público e os servidores e gestores que compõem seu quadro funcional assumem a responsabilidade por suas ações e decisões e se submetem ao controle externo (IFAC, 2001).
Integração	Diz respeito a uma abordagem holística dos princípios e mecanismos de governança. O desafio da governança seria então não apenas definir e implementar vários elementos da boa governança, mas integrá-los à estratégia da instituição, de forma a atingir os resultados esperados pela sociedade, no caso do setor público (BARRET, 2002).
Equidade	O princípio da equidade se estabelece pelo tratamento justo de todas as partes interessadas na governança, não se admitindo, assim, atitudes ou políticas discriminatórias (IBGC, 2009).
Responsabilidade	O princípio da responsabilidade diz respeito à Instituição e a sociedade em longo prazo. A governança, por meio deste princípio deve zelar pela sustentabilidade das organizações, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações (IBGC, 2009).
Cumprimento das leis	O princípio de cumprimento das leis, assim, como normas, regulamentos e determinações, significa para Lodi (2000) estar em conformidade, ou seja, a Instituição se comportar conforme o previsto em suas normas.
Ética	O princípio da ética na governança pública é efetivado por meio da gestão da ética pública que, para Matias-Pereira (2010), transita em um eixo definido e é constituída por (i) valores éticos, entendidos como a expectativa da sociedade em relação à conduta dos agentes públicos; (ii) normas de conduta, como desdobramento dos valores em linhas práticas; e (iii) administração, cujo objeto é zelar e garantir a efetividade dos valores e normas de conduta.

Princípios	Definição
Legitimidade	O princípio da legitimidade complementa o princípio do cumprimento de leis. Esse princípio trata não apenas da verificação se a lei foi cumprida, mas também se o interesse público e o bem comum foi atingido. É um princípio importante para o controle externo e social das instituições públicas, além de princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito (TCU, 2014).
Eficiência	O princípio da eficiência na governança pública trata da melhor utilização possível dos recursos públicos pela instituição: “fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível” (TCU, 2014, p. 50).

Quadro 1 – Definições dos princípios de governança pública

Fonte: (SILVA; VICENTIN, 2018, p. 181-182)

A aplicação dos princípios de governança pública nas Instituições depende de mecanismos que cada governo ou instituição deve desenvolver a partir de sua realidade (KONDO et al., 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando a obtenção de maior rigor e robustez, a técnica da revisão sistemática da literatura tem sido cada vez mais utilizada. Para tanto, segue-se as etapas em um protocolo definido (GOMES, OSBORNE, GUARNIERI, 2020). Para apoio à aplicação da técnica, utilizou-se a ferramenta StArt - *State of the Art through Systematic Review* e adotou-se o protocolo proposto na própria ferramenta, conforme quadro 2.

Descrição: Esta revisão sistemática busca identificar o estado da arte da produção em comunicação governamental no contexto da governança pública.
Objetivo: Identificar o estado da arte da produção em comunicação governamental no contexto da governança pública. Explorar os métodos, técnicas e modelos existentes na área.
Questão principal: Qual o estado da arte da produção em comunicação governamental no contexto da governança pública?

Palavras-chave e sinônimos: government communication, public communication e public governance.
Critérios de definição de seleção de fontes: Disponibilidade de consulta de artigos por meio eletrônico, presença de mecanismos de busca por meio de palavras chave. Lopes e Farias (2020), em revisão sobre inovação colaborativa e governança no setor público destacam a reconhecida cobertura das bases Scopus e Web of Science.
Métodos de pesquisa nas fontes: Confecção de string e submissão às máquinas de busca. String: “TITLE-ABS-KEY (“governance”) AND TITLE-ABS-KEY (“public communication” OR “government communication”)) AND DOCTYPE (ar) AND PUBYEAR > 2014”.
Lista de fontes: SCOPUS Elsevier; Web of Science;
Critérios de seleção de estudos: Nesta primeira revisão com caráter exploratório, todos os artigos foram selecionados, excluindo-se apenas duplicações de artigos.

Quadro 2 – Protocolo da revisão sistemática da literatura

Fonte: Autoria própria.

A condução da revisão sistemática ocorreu em 06/10/2020 em ambas as bases, Scopus (Elsevier) e Web of Science – WOS. Em ambas as bases se considerou período de publicação dos últimos cinco anos, ou seja, de 2015 à 2020.

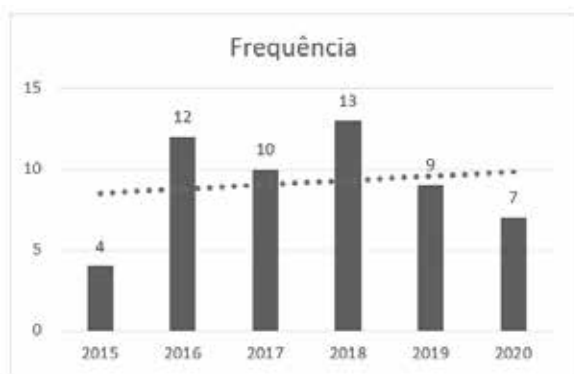
Após eliminação de documentos duplicados, restaram encontrados 55 artigos nas bases pesquisadas, com média de anos de publicação de 2,42 e média de citação de 4,1 por documento.

4. RESULTADOS

4.1. Distribuição dos artigos por ano de publicação

Em relação à produção científica anual, a figura 1 demonstra a distribuição dos artigos encontrados.

Figura 1: Distribuição das publicações por ano da produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública



Fonte: Autoria própria

A linha de tendência que consta na figura 1 em azul indica uma disposição de crescimento de publicações nesta área de pesquisa.

4.2. País de origem dos estudos

A produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública se mostrou com origem em diversos países. A figura 2 mostra o mapa de produção científica por país, com destaque em azul para os países que tiveram algum artigo selecionado neste estudo.



Figura 2: Produção científica por país sobre comunicação governamental no contexto da governança pública

Fonte: Autoria própria

Em relação aos países com maior número de publicações, Austrália e Estados Unidos da América ficaram em primeiro lugar, com 4 artigos cada, seguido por Alemanha, Espanha, Suécia e Reino Unido com 3 artigos cada. Sob o prisma continental a maioria das publicações são vindas da Europa.

4.3. Periódicos mais relevantes

Assim como a origem por país da produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública se mostrou bastante diversa, os periódicos mais relevantes apresentaram a mesma característica.

O *JCOM – Journal of Science Communication* foi o que publicou o maior número de artigos, três, seguido por outros quatro periódicos que tiveram dois artigos publicados: *Journal of Cleaner Production*; *Journal of Science Communication*; *Revista Latina de Comunicacion Social*; e *TD – The Journal for Transdisciplinary Research in Southern Africa*.

4.4. Palavras-chaves mais relevantes

Novamente, assim como nos itens analisados anteriormente, as palavras-chave mais relevantes se mostraram bastante diversa, conforme ilustra a figura 3, uma *wordcloud* do conjunto de artigos pesquisados.



Figura 3: Wordcloud da produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública

Fonte: Autoria própria

As principais palavras-chave citadas no conjunto de artigos pesquisado foram: *governance* com 8 citações, *climate change*, *politics* e *communication* com 6 e *management* com 5.

4.5. Autores mais produtivos e artigos mais relevantes

Os autores mais produtivos no grupo de artigos analisados publicaram dois artigos no período. São eles: ARIFFIN; M.; CORCOY; R. M.; GRAAN; A.; GREGORY; J.; ISMAIL I.; MARLAND; A.; MOLINA; R. P.; SABRAN; R. e SIMELIO; S. N.

Em relação aos artigos mais relevantes, na tabela 1 consta os artigos que tiveram dez ou mais citações.

	Autor	Ano	DOI	Citações
1	SHAW; C.	2015	10.1016/j.ecolecon.2014.11.001	25
2	EL GIBARI; S.	2019	10.1007/s11573-018-0902-z	23
3	CHEN; J.	2017	10.1086/690303	21
4	MARLAND; A.	2017	10.1111/gove.12194	18
5	WAGNER; A.	2016	10.1016/j.erss.2015.12.010	14
6	SETHI; S.P.	2016	10.1057/s41299-016-0004-1	13
7	LAURSEN; B.	2015	10.1177/1940161214556513	12
8	LI; L.	2018	10.1016/j.jclepro.2017.11.051	10

Tabela 1: Artigos com dez ou mais citações da produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública

Fonte: Autoria própria

Ao conjugar os autores mais produtivos e os artigos mais relevantes, apenas o autor MARLAND; A. se enquadra em ambas as situações.

4.6. Three-fields plot

Um último resultado indica a relação entre os periódicos mais relevantes, os autores mais produtivos e as principais palavras-chave, conforme figura 4.

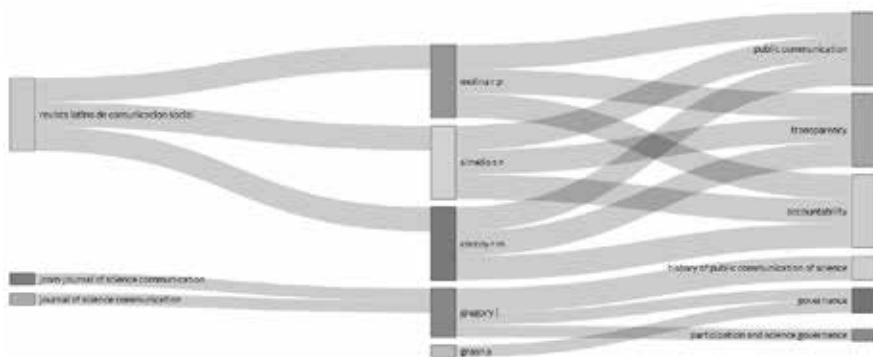


Figura 4: Three-fields plot - periódicos mais relevantes, os autores mais produtivos e as principais palavras-chave da produção científica sobre comunicação governamental no contexto da governança pública

Fonte: Autoria própria

A figura 4 indica um alinhamento não obtido nos demais resultados obtidos da pesquisa, tendo em vista que os periódicos de origem (lado esquerdo da figura 4) tratam de ciências da comunicação e as palavras-chave (lado direito da figura 4) tratam da governança e seus princípios de governança – transparência, participação, accountability – bem como da comunicação pública, que é objeto da comunicação governamental.

Desta forma, com base neste conjunto de autores (centro da figura 4) pode-se aprofundar os estudos relativos à comunicação governamental no contexto da governança pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual pode ser considerada a sociedade da informação. O cenário de mudanças sociais, aumentou a atenção dada à comunicação governamental e propiciou o estabelecimento da governança pública.

O presente trabalho alcançou seu objetivo que foi, por meio de uma revisão sistemática da literatura, identificar os artigos científicos publicados em bases internacionais que tratam da comunicação governamental no contexto da governança pública.

Os principais resultados obtidos foram a indicação de uma disposição de crescimento de publicações nesta área de pesquisa. Em relação aos países, Austrália e Estados Unidos da América são os mais produtivos. O perío-

dico JCOM – Journal of Science Communication foi o que publicou o maior número de artigos. As principais palavras-chave citadas no conjunto de artigos pesquisado foram: *governance*, *climate change*, *politics*, *communication* e *management*. Em relação aos autores mais produtivos e os artigos mais relevantes, apenas o autor MARLAND; A. se enquadra em ambas as situações.

Ao relacionar os periódicos mais relevantes, os autores mais produtivos e as principais palavras-chave, foi possível identificar um conjunto de autores que efetivamente realizaram estudos relativos à área pesquisada.

Os resultados obtidos a partir da realização da Revisão Sistemática de Literatura apresentada neste trabalho forneceram evidências importantes sobre o panorama dos estudos de comunicação governamental no contexto da governança pública e abrem espaço para novas abordagens sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Elisabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-34.
- BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 18 novembro 2011.
- CARNIELLO, M. F. (2015). Proposta Metodológica de Avaliação de Comunicação Governamental Digital. **Revista observatório**. Revista Observatório. doi:10.20873/uft.2447-4266.2015v1n2p101
- CEZAR, L. C. (2018). Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de administração pública**. Revista de Administração Pública. doi:10.1590/0034-7612165920
- DUARTE, Jorge. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

- GERZSON, Vera Regina Serezer; MÜLLER, Karla Maria. PROCAC/ Canoas: comunicação pública e relacionamento com o cidadão. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 1, n. 38, p. 62-68, abr. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5302/3872>. Acesso em: 11 out. 2015.
- FERREIRA, Flávia Raquel Bessa. Contribuições para o aproveitamento das potencialidades da web 2.0 sob a ótica da comunicação pública. In: I CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN 3.0, Salamanca – ES, 4 e 5 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/880426>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- GOMES, R. C.; OSBORNE, S. P.; GUARNIERI, P. Influências dos stakeholders e desempenho do governo local: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 448-467, jun. 2020. Disponível em: doi.org/10.1590/0034-761220180256. Acesso em: 25 ago. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das melhores práticas de governança corporativa. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.
- KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 71-96.
- KONDO, Seiichi et al. Transparência e responsabilização no setor público: fazendo acontecer. Brasília: MP, SEGES, 2002. Volume 6 – Coleção Gestão Pública. Disponível em: <http://conscienciafiscal.mt.gov.br/arquivos/A_5080f64a35dc452d5e6ffe35ed18350cTransparenciae-responsabilisacaonosetorpublico.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- LOPES, A. V.; FARIAS, J. S. How can governance support collaborative innovation in the public sector? A systematic review of the literature. **International Review of Administrative Sciences**, February, 2020. Disponível em: doi.org/10.1177/0020852319893444. Acesso em: 23 jul. 2020.

- MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia Arantes Ostrosky. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. *Revista Organicom*, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 49-61, 1º sem. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/339>>. Acesso em 14 set. 2015.
- MARTINS, Luiz. Comunicação pública: Estado, Governo e Sociedade. In: MARTINS, Luiz (Org.). *Algumas abordagens em comunicação pública*. Brasília: Casa das Musas, 2003. p. 58-75.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATOS, Heloiza. A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais. In: *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba – PR, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, Governo, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NASCIMENTO, Lebna Landgraf do. Comunicação pública nas redes sociais digitais. In: MATOS, Heloiza (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 289-310.
- NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. *Revista Organicom*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 74-89, 1 sem. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/56/190>>. Acesso em 30 set. 2015.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). *Comunicação Pública*. Campinas: Editora Alínea, 2004.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades, 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **R. Tecnol. Soc.** v. 14, n. 30, p. 176–201, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rts/article/view/5808>>. Acesso em: 01 out. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/entendendo-a-governanca/referencial-de-governanca/>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

VIANA, Evandro. A Governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. 120 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-07012011-094505/publico/EvandroViana.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2015.

ZÉMOR, Pierre. La Communication Publique. Paris: PUF, 1995. Disponível em: <<https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublicapierrezemor-traducao.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2015.